

# A NARRAÇÃO DA HISTÓRIA E O CONCEITO DE TEMPO EM BENJAMIN<sup>1</sup>

**AFONSO LIGÓRIO CARDOSO, doutor em Estudos Literários pela Unesp de Araraquara (SP), diretor acadêmico do Unasp e professor de Teoria Literária do curso de Letras do Unasp, Campus Engenheiro Coelho (SP).**

**RESUMO:** Este trabalho tem o objetivo de mostrar a relação entre o tempo, a história e as práticas sociais, conforme tese de Walter Benjamin.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tempo, história, narração, Benjamin

## THE NARRATION OF THE HISTORY AND THE CONCEPT OF TIME IN BENJAMIN

**ABSTRACT:** This work has the objective of showing the relationship among the time, the history and the social practices, according to thesis of Walter Benjamin.

**KEYWORDS:** Time, history, narration, Benjamin

### Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar o conceito de tempo na concepção de Walter Benjamin nos textos “Sobre o conceito de história” e “O narrador”, publicados no livro *Magia e técnica, arte e política* (1994), e mostrar como a narração da história se insere nesta perspectiva. Para a leitura desses dois textos, de grande valia são as reflexões de Jeane Marie Gagnebin em *Memória e libertação* (s/d) e *História e libertação em Walter Benjamin* (1994), além do livro *Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin* (1990), de Sérgio Paulo Rouanet no texto.

O conceito de história em Benjamin está contido numa noção de tempo diferente da tradição ocidental, seja ela helênica ou cristã. Em virtude disso, antes de se cuidar do autor de “O narrador”, uma breve incursão na história do tempo é útil para situar a posição benjaminiana no contexto universal do tema em questão.

Não há como falar da história sem tocar na idéia de tempo e da vida em sociedade. De BOSI (1997, p. 20) tira-se este pensamento: “O ato de narrar paga tributo ao deus *Chronos*”.

Por sua vez, LE GOFF (1996, p. 12) resume: “a matéria fundamental da história é o tempo.” E. BIGNOTTO (1992, p. 179) afirma que “a história diz respeito necessariamente à vida em sociedade e guarda laços indissolúveis com a política”. A história, portanto, inclui-se numa temporalidade e é indissociável da vida humana e da prática política.

Três figuras servem para definir o tempo: o círculo, a linha e a constelação. Até a época de Benjamin, o tempo foi representado pela figura do círculo, de acordo com o conceito defendido pela corrente helênica, e pela da linha, segundo o conceito embasado na concepção agostiniana.

No mundo ocidental, pelo filtro grego, desde a Antigüidade até o quinto século da era cristã, a metáfora geométrica do círculo referida à questão do tempo é tributável a Aristóteles. MARRAMAO (1995, p. 38) retoma a tese helênica, nas próprias palavras de Aristóteles, para mostrar o registro embrionário da idéia dos círculos e ciclos históricos. Segundo ele, a metáfora geométrica do círculo,

remonta aos próprios textos de Aristóteles (ou de derivação aristotélica): “o tempo parece ser o movimento da esfera, porque é este movimento que mede os outros movimentos e mede até mesmo o tempo (...) e também o tempo parece ser uma espécie de círculo... pelo que, então dizer que as coisas geradas constituem um círculo é dizer que há um círculo no tempo.

As “coisas geradas” e o “tempo” inserem-se num círculo. Sobre essa concepção aristotélica da ação cíclica, LE GOFF (1996, p. 303) afirma: “Nunca se encontra nele a idéia de um progresso linear, no universo cósmico ou no universo cultural, político ou moral. Pode-se dizer que a sua concepção da história era uma ‘teoria da ondulação eterna’”.

Acreditava-se, com essa visão de mundo cíclica, que a vida era um constante renovar de coisas, numa seqüência de novas fases, até o dia em que tudo voltaria à era original da paz e da felicidade eternas. Esse conceito de história, baseado num tempo circular, impera absoluto no ocidente até o surgimento do Cristianismo.

Santo Agostinho foi o expoente intelectual da defesa do novo sentido de história. A metáfora geométrica para a questão do tempo passa a ser a da linha, ou a imagem da flecha, no dizer de BENJAMIN (1994, p. 229). O novo mundo, assim, não será o velho retornado. A história teve sua gênese (“no princípio”), após a queda, e terá indubitavelmente o seu fim (“no último dia”). Refutando o conceito grego na obra *A cidade de Deus*, AGOSTINHO (1961, p. 184) afirma:

Se (...) a alma se encontra redimida, como nunca antes esteve, para não mais retornar à miséria, então nela advém algo que antes nunca havia acontecido, algo de maravilhosamente grande, e precisamente uma felicidade eterna que jamais terá fim. Mas se a nossa natureza imortal é afetada por algo, de tão inteiramente novo, que não é nem será o repetir-se de um ciclo, por que não poderia isto verificar-se também com as coisas mortais?

Captam-se os traços de linearidade e de irreversibilidade nos segmentos: “alma redimida”, “não mais retornar”, “algo nunca acontecido”, “felicidade eterna”, “algo inteiramente

novo” e “não será o repetir-se de um ciclo”. A história ganha um sentido e um condutor. O sentido de redenção, na pessoa do Messias – salvador da história humana – e de um condutor – Deus. Todos os movimentos da história estão dentro dos desígnios divinos para a salvação do homem dotado de livre-arbítrio. Deus conduz a história, mas não a põe dentro de uma forma chamada destino, como queriam os estóicos (AGOSTINHO, 1990, p. 200-204).

Sendo assim, diz BIGNOTTO (1992, p. 180): “contrariamente às filosofias helênicas, que concebiam o tempo fechado num círculo sem saída e sem fim, o cristianismo atribui ao tempo o máximo de potencialidades e de significação”.

Criação, queda, aparecimento do Messias, ressurreição, juízo final e vida eterna no paraíso constituem as fases da história na visão agostiniana. A história segue numa progressão contínua e ininterrupta.

A adoção dessa fórmula pela burguesia – já nos tempos modernos –, com o objetivo de justificar sua prática social de progresso automático, é que será desprezada nas “teses” de Benjamin, como estão em “Sobre o conceito de história”. Essa forma adotada para conceber a história recebe o nome técnico de historicismo.

No lugar do conceito de história cíclica – calcado na doutrina do eterno retorno – e em vez do tempo linear, BENJAMIN (1994, p. 229-230) propõe a figura da constelação para designar a história: “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’ (...) sob o livre céu da história”.

O tempo saturado de “agoras” é repleto de atualidades, isto é, cheio de pontos descontínuos como as estrelas no céu. O brilho de cada uma delas ajuda a compor a configuração do espaço sideral. Assim, o conceito de tempo, de acordo com os postulados benjaminianos, não é representado nem pelo círculo nem pela linha contínua. Com efeito, uma outra história pode vir à tona, pois há quebra da continuidade e os fatos não deslizam mais numa seqüência temporal. Eles, dentro dessa visão, saltam, em vez de deslizarem. A reflexão de Benjamin sobre história, antes de qualquer outro pensamento, parte dessa noção de tempo.

### **Flecha e constelação: acumulação e construção dos fatos**

A crítica benjaminiana ao historicismo, conforme GAGNEBIN (s.d., p. 61), leva a uma análise da história (*Urgeschichte*, em alemão), no duplo sentido do termo: como conjunto dos fatos do passado e como sua própria narração.

O historicismo era a filosofia da história mais influente no início do século 20. Essa concepção filosófica, identificada com a história dos historiadores burgueses, reivindicava a singularidade de cada momento da história humana, num curso contínuo, cujo fim não se pode prever.

ROUANET (1990, p. 21) lembra que, na base dessa concepção, Benjamin propõe a visão da história como um quadro temporal homogêneo e vazio. Isso significa que o tempo histórico assemelha-se a um espaço desprovido de conteúdo, uma linha infinita que os acontecimentos vêm preencher (GAGNEBIN, s.d., p. 62), como se vê em “Sobre o conceito de história”.

O ideal dessa concepção é criar uma história universal: “O historicismo culmina legi-

timamente na história universal”. Seu método consiste em “apresentar uma imagem ‘eterna’ do passado”, isto é, utilizar “a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio” (BENJAMIN, 1994, p. 230).

Desse modo, seria possível conhecer todos os pontos do *continuum* histórico e formar deles uma imagem sempre exata. A verdade do passado não poderia escapar à visão do historiador.

A noção de tempo linear adotado pelos vencedores para construir a história se caracteriza pela indiferença e pela infinitude, correndo sempre igual a si mesmo e engolfando o sofrimento, o horror e, mais desgraçadamente, o êxtase e a felicidade (GAGNEBIN, 1994, p.111). Enquanto sucessão de etapas num quadro temporal homogêneo, a história é sempre a narração dos vencedores, do mesmo pelo mesmo, silenciando a “corvéia anônima” que participou na construção da sociedade. A falha do historicismo está nesse ponto, ou seja, o vencedor narra os fatos sem explicar o projeto “dos oprimidos” e a desigualdade de condições no momento da sua vitória.

A historiografia, que se baseia na concepção de tempo como cronologia linear, opera com o princípio básico da causalidade histórica, como se a sucessão cronológica fosse sinônimo de uma relação substancial e necessária. No apêndice 1 das “teses” de BENJAMIN (1994, p. 232), lê-se: “O historicismo se contenta em estabelecer umnexo causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, por ser causa, é só por isso um fato histórico”.

Está subjacente a esse procedimento a idéia de que, por ser a história um contínuo linear, haveria também um progresso contínuo. Conforme notam KOTHE e FERNANDES (1991, p. 16), o agravante do estabelecimento desse nexocausal é que

de um jeito ou de outro, sem que nada se precisasse fazer, automaticamente se estaria navegando a favor da corrente da história. Isso acabava não sendo mais do que um tipo de conformismo (...) com as piores barbaridades, um conservadorismo sob a aparência de espírito progressista, uma ideologia de classe dominante adotada pelo proletariado.

Em oposição a tal metodologia, BENJAMIN (1994, p. 229) afirma que a “história é objeto de uma construção cujo lugar não é um tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”, isto é, “repleto de atualidade”. Com tal postura diante da concepção de tempo, é possível pensar não só “o movimento das idéias, mas também sua imobilização” (Ibidem). Imobilizar um acontecimento, e não acumular a massa dos fatos, deve ser a base para se nomear e conhecer a várias facetas da história da humanidade.

Na verdade, BENJAMIN (1994, p. 223) vê no método cumulativo, com a aparência de pesquisa objetiva, uma forma de mascarar-se a luta de classes e de se consolidar constantemente a história dos vencedores. Ele considera moral e eticamente correto o método de tomar-se o partido dos vencidos, bem como seu ponto de vista. Da posição destes, o que será visto é uma sucessão de desastres, sem nenhuma legalidade imanente, sem nenhum *telos*, sem nenhuma ordem (ROUANET, 190, p. 20). Portanto, o pensamento benjaminiano considera que a história real humana está baseada na descontinuidade, na ruptura, na catástrofe, na ruína.

## Remissão do passado

Artisticamente, essa idéia da descontinuidade é expressa numa leitura que BENJAMIN (1994, p. 226) faz de um quadro de Klee, que se intitula *Angelus Novus*, da qual se recorta um trecho:

Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma sucessão de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa sobre nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso.

A visão de Benjamin da história como ruína e ruptura está metaforicamente sintetizada nesse texto. A postura do anjo caracteriza uma atitude revolucionária e redentora. Na figura do projeto angelical (juntar os fragmentos), a história é objeto de uma construção, cujo lugar não é um tempo homogêneo, mas cheio de *agoras*, através do qual, cada presente se comunica com os diversos passados.

Cada época provocadora de mudanças constitui um presente que não se entende como a culminação de um processo histórico, mas como um momento encarregado de abolir esse processo, de fazer saltar pelos ares o *continuum* da história, salvando o passado (ROUANET, 1990, 22). Só se consegue tal objetivo, se, primeiramente, o historiador evitar a empatia com o vencedor (“o investigador historicista estabelece uma relação de empatia [...] com o vencedor”) e, em segundo lugar, se ele “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994, p. 225). Isso significa postar-se na posição do oprimido.

Nessas primeiras considerações da reflexão benjaminiana, observa-se que há uma reviravolta no conceito de história. A história não consiste nem na reencarnação no sentido helênico, nem na salvação no sentido agostiniano, mas na redenção dos fragmentos, desconsiderados pelo *continuum* historicista. No conceito benjaminiano de história, especialmente nas “teses” 14 e 15, fica claro que a força messiânica é a revolução: “é o salto dialético da Revolução”, é a “consciência de fazer explodir o *continuum* da história própria às classes revolucionárias no momento da ação” (Ibid., p. 229-230).

A postura da classe revolucionária não é liberar as gerações futuras, como afirma o historicismo socialista, mas, num certo sentido, o passado, no momento em que se liberta como presente. O historiador deve promover a redenção dos escravizados do passado, e não dos descendentes liberados, afirma BENJAMIN (Ibid., p. 228 e 230); deve “lutar por um passado oprimido”, como é dito na “tese” 16.

Concomitantemente a essa postura, a classe revolucionária, que está sob os pés daqueles que “desfilam com os despojos”, deve descrever a história presente dos vencedores

como desmantelamento (...) das várias unidades tradicionais ou “naturais” [*Naturwüchsige*] (grupos sociais, instituições, relações humanas, formas de autoridade, atividades de uma natureza cultural e ideológica, bem como produtiva) (...), com vistas à sua (...) reorganização (JAMESON, 1992, p. 233).

O conceito de salvação subjacente em todos os estudos de Benjamin, desde seus primeiros trabalhos, não é, segundo ROUANET (1994, p. 22), o conceito messiânico tradicional, nem em sua forma teológica, nem em suas versões secularizadas. SANTO AGOSTINHO (1961, p. 184) que via a redenção como o *telos* do processo histórico, assim se expressa a respeito em *A cidade de Deus*: “a nossa natureza imortal é afetada por algo, de tão inteiramente novo”.

Para GAGNEBIN (s.d., p. 77), a redenção da história em Benjamin “não consiste em uma recriação inteiramente nova, mas em um longo e paciente recolhimento” dos cacos, do amontoado de ruína, vistos pelo *Angelus Novus* de Klee. A autora (Ibid., p. 80) ressalta, da alegoria do anjo, o anúncio de duas advertências, no mínimo: em primeiro lugar, a história poderia ser completamente diferente, algo que poderia ter sido e não foi. Aquilo que não se realizou tem uma causa para o impedimento, não a fraqueza ou incapacidade, mas a ordem imperiosa da dominação. As ruínas acusam o silêncio dos mortos, por isso o historiador da corrente burguesa procura não “deter-se para acordá-los”, porquanto isso significaria fazer justiça a eles.

Outra advertência diz respeito àquilo que Benjamin chama ironicamente de “vento que sopra do paraíso”. A despeito de sua resistência, o anjo da história é empurrado à frente pelo vento do progresso. Isso significa que o historiador não pode se contentar em recolher os fatos do passado, “deve ser fiel à história presente, porque é apenas através dela que o passado poderá talvez, algum dia, alcançar sua libertação” (Ibid., p. 80).

## Narração da História

“Escovar a história a contrapelo” significa encontrar, para escrever, aquilo que não está relatado nos registros e documentos oficiais. Significa buscar o que é “ilegal” dentro da legalidade. Na narrativa cumulativa, coerente, do historicismo, têm-se silêncios e, olhando para eles, devem-se buscar elementos da história dos oprimidos. Em si, os documentos e monumentos culturais denunciam uma história da barbárie.

GAGNEBIN (Ibid., p. 115) expõe de modo singular um dos métodos para se buscar a construção da história que clama constantemente para ser liberta:

Na sua (de Benjamin) teoria da narração e em sua filosofia da história em particular, o indício de verdade da narração não deve ser procurado no seu desenrolar, mas, pelo contrário, naquilo que ao mesmo tempo lhe escapa e esconde, nos seus tropeços e nos seus silêncios, ali onde a voz cala e retoma o fôlego.

O historiador não deve, no entanto, incorrer na mesma falha do historicismo. Não é seu objetivo elaborar uma contra-história idílica para consolar a classe oprimida. BENJAMIN (1994, p. 230), constantemente, adverte o historiador de que o passado não se constitui numa

“imagem eterna”. Portanto, não se trata de “consolar os humilhados de hoje pela evocação de gloriosos amanhãs” (GAGNEBIN, 1994, p. 120-121). A corrente marxista caiu nesse erro.

Faz-se necessária a experiência histórica que consiga instituir o passado escondido e, ao mesmo tempo, a atualidade. Esse conceito de experiência (*Enfharung*, como se lê em alemão) “tem, na teoria benjaminiana, uma *origem literária*: é tomado à procura proustiana e ao modelo da narração” (GAGNEBIN, s.d., p. 67 – grifos nossos).

No estudo “O narrador” (1994) em que Benjamin examina as narrativas de Nikolai Leskov<sup>2</sup> ele elabora importantes reflexões sobre o ato de narrar. Apresenta possíveis causas da falência da arte de contar e aponta alguns elementos próprios dos relatos orais presentes em certas narrativas escritas que as aproximam daquela que ele crê ser a verdadeira narrativa.

A verdadeira narração, segundo a concepção benjaminiana, procede da tradição, apresenta conselhos em forma de sugestão, é transmitida por narradores anônimos, evita explicações totalmente acabadas, não deixa o ouvinte expectante quanto ao sentido da vida, constitui como seus representantes básicos o viajante que vem de longe e o camponês sedentário, mostra personagens humanizadas e a serviço da transformação da realidade, não descreve pedagogicamente o destino alheio, pode ser renovada, não exige verificação mantendo-se ligada ao passado, ao presente e com projeções para o futuro, têm as raízes fincadas na experiência, etc.

Assim, Benjamin atrela a narrativa a um modelo de sociedade “em que sua organização coletiva reforça a vinculação consciente a um passado comum, permanentemente vivo nos relatos dos narradores” (Ibid., p. 68), o que é impossível de ocorrer na sociedade capitalista em virtude das modernas formas de produção e organização das classes.

Na sociedade pré-capitalista, a história se baseava na narração de relatos orais, que se mantinham vivos de geração em geração, constituindo uma ponte entre o passado e o presente. O narrador contava a partir da própria experiência e da experiência dos que lhe comunicavam a narrativa e se dirigia à experiência dos ouvintes (ROUANET, 1990, p. 50), na cidade, na oficina, no campo, ou em casa. Com efeito, os pequenos relatos fortaleciam os fios de uma memória coletiva, social e comum. BENJAMIN (1994, p. 221) apresenta a questão nos seguintes termos:

*A reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração a geração. Ela corresponde à musa épica no sentido mais amplo. Ela inclui todas as variedades da forma épica. Entre elas, encontra-se em primeiro lugar a encarnada pelo narrador. Ela tece a rede que em última instância todas as outras constituem entre si.*

Os representantes arcaicos desse tipo de narrador podem ser concretizados nas figuras do camponês sedentário e do marinheiro comerciante. O primeiro contava as histórias e tradições, que aprendeu sem sair do país, para a comunidade, em especial, no momento do trabalho de fiação, tecelagem e olaria, durante o dia ou à noite, nas oficinas artesanais ou em casa. O segundo contava as narrativas que aprendeu em lugares estranhos, em terras longínquas.

Esses dois estilos de narrador interpenetram-se e se concretizam no estilo de narração do artífice: “Se os camponeses e os marujos foram os primeiros mestres da arte de narrar, foram os artífices que a aperfeiçoaram”. (Ibid., p. 199)

Uma das características das histórias dos artífices – narrativas da esfera do discurso vivo –, que não constavam em livros, era o seu senso prático. Elas tinham em si, de forma latente, uma dimensão utilitária que podia consistir em um ensinamento moral, um provérbio, uma norma de vida, enfim, um conselho nos moldes de sugestão. Isso significa que uma mesma história podia conter dezenas de conselhos, aplicáveis a qualquer época e ouvinte. Cada pessoa, ou geração, apreendia um ensinamento diferente de um mesmo relato. Nisso consiste a “natureza da verdadeira narrativa”. Mas essa bela imagem está em vias de extinção: “Assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual” (Ibid., p. 205).

A implicação disso é o declínio de um tipo de fala, de experiência, de memória e de atividade produtiva comuns, em que o isolamento praticamente inexistia. O homem contava, ouvia e trabalhava num mesmo tempo. Nenhuma dessas três atitudes era mais importante que outra. Em “O narrador”, lê-se:

O mestre sedentário e os aprendizes trabalhavam juntos na mesma oficina (...)  
(Ibid., p. 199).

Ela (a arte de contar) se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte esquecer a si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta e ouve histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las (Ibid., p. 205).

Já outros modelos de comunicação, como o romance e a informação, tomam o lugar da verdadeira narrativa e alimentam outro tipo de sociedade criada pela vida moderna, enquanto “Nas sociedades arcaicas ele (o artista profissional) não se diferencia sempre claramente de outros papéis, correspondentes a outras funções, porque a arte, notadamente a poesia, não se encontra ela própria diferenciada de outras manifestações culturais” (CANDIDO, s.d., p. 28).

No entanto, com a rapidez do acontecimento das coisas e com a fragmentada forma de produção imposta pela sociedade moderna, a memória refugia-se na interioridade do indivíduo. Não havendo possibilidade de comutação de experiência, de (con)vivência em grupo, o ato de contar definha-se, o homem emudece, enquanto ser coletivo.

O que está em jogo, na realidade, é a questão da fratura da identidade do homem nessa nova sociedade e o conceito da história humana. A preocupação de Benjamin é com a importância “da narrativa para a constituição do sujeito” (GAGNEBIN, 1994, p. 20) e com a “experiência que supõe uma relação com sua própria história” (ROUANET, 1999, p. 166).

As novas narrativas criadas tentam suprir a carência da memória coletiva para questões essenciais do novo homem, agora, esfacelado. Em “O narrador” (BENJAMIN, 1994, 201-203), são apontados dois tipos de narrativas que procuram substituir a verdadeira narrativa: o romance e a informação, que se ligam ao isolamento do indivíduo na sociedade burguesa.



O romance “nem procede da tradição oral, nem a alimenta” e a sua origem “é o indivíduo isolado”. Já a informação se preocupa com “a maior exatidão” (Ibidem), por isso procura transmitir todos os dados da novidade. Sua razão de ser é “o culto do sempre novo” tentando mostrar que algo “extraordinário e miraculoso” acaba de acontecer (Ibid., p. 203). Mas, como o romance, a informação é também um produto de consumo. Não é de estranhar-se a propaganda, na programação do dia, das informações que aparecerão na próxima edição do jornal falado ou escrito.

Ao contrário disso, está a narrativa que não encerra o relato “numa única versão”, pelo contrário “permanece irreduzível a interpretações posteriores” (GAGNEBIN, s.d., p. 70). Ela “não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver” (BENJAMIN, 1994, p. 204). Isso só é possível numa experiência coletiva. Enquanto a informação (novidade) apaga a tradição, diariamente, imprimindo, no homem, uma espécie de amnésia coletiva, a verdadeira narrativa favorece-a possibilitando-lhe a continuidade.

Esse conceito enfático de experiência permite, assim, a escritura de uma anti-história, porque, ao invés de encerrar o passado numa interpretação definitiva, reafirma a abertura de seu sentido, seu caráter inacabado. No entanto, articula-se a estruturas sociais atualmente extintas, o que torna necessária uma reconstrução voluntária de suas condições de possibilidade (GAGNEBIN, s.d., p. 70).

Nesse ponto, nasce a importância da memória coletiva. Benjamin (1994, p. 224) imputa ao historiador a função de congelar imagens do passado e as articular com o presente, para viabilizar a construção da história inacabada, que corresponde ao capítulo da vida da classe dos oprimidos.

Com efeito, o apelo de Benjamin é contra o esquecimento, pois as histórias não relatadas (escondidas pelo historicismo) podem conter verdades que explicam a desorientação atual do homem. As histórias que devem ser buscadas transcendem, portanto, a memória particular do indivíduo e uma época pontual. A *Urgeschichte* (história, em alemão) assume, dessa forma, um sentido mais profundo.

## A imagem da História

Na mesma linha de pensamento, BOLLE (1998, p. 28-29) propõe que o ideal seria não traduzir o termo *Urgeschichte*, mas apenas incorporá-lo ao português, a fim de se apreender melhor o sentido que ele carrega. Segundo o ensaísta, tal termo difere, em Benjamin, da noção de proto-história que designa a fase documentada da transição para a pré-história. O método benjaminiano assumiria, além do que já se apresentou neste artigo, uma dimensão teórica e especulativa da história e seria inspirado no modelo mnemônico de Freud:

Enquanto um indivíduo é capaz somente a partir de uns cinco anos de reproduzir suas experiências vividas como cadeias contínuas, o tempo anterior, decisivo para a sua formação, permanece nas trevas do esquecimento, com raros lampejos de memória, comparável à *Urgeschichte* dos povos, articulada em mitos e lendas.

As conseqüências da aproximação desses dois modelos (benjaminiano e

freudiano) de imagem são: (1) a história passa a ser um discurso não-linear, mas constituído de fragmentos arrancados do *continuum* e reveladores do processo histórico-social; (2) *Urgeschichte* torna-se um conjunto de imagens, in- ou semiconscientes, que pertencem aos domínios de imagens arcaicas; (3) o historiador assume o papel de intérprete dos sonhos coletivos, traduzindo as imagens arcaicas em imagens dialéticas, isto é, tornando-as legíveis, enquanto informações históricas.

A partir dessa leitura da *Urgeschichte*, BOLLE (Ibid., p. 35) defende a idéia de que as ciências político-sociais têm (e de fato precisam ter) recursos da ficção para explicarem suas teorias. Tal prática foi adotada, por exemplo, por ROUSSEAU (1968, p. 144-145, 204), ao afirmar que suas teorias políticas não se fundamentavam em verdades históricas, mas em “raciocínios hipotéticos” – expressão sinônima, segundo BOLLE (1998, p. 35), de ficção. Na conclusão das suas teses sobre o contrato social, Rousseau afirma mesmo que “a imaginação de modo algum” sugeriu-lhe mais argumentos para continuar formulando suas proposições. Melhor dizendo, o pensador explorou a imaginação até onde sua mente permitiu que ele fosse para a elaboração de suas teses. Isso significa que as teses não resultam de dados observados, mas de “conjecturas” (Ibid.) ou de imaginação somente.

Na verdade, a prática de se fazer uso da ficção na teoria política não é novidade em Rousseau. Antes dele, na antiguidade grega, por exemplo, “A necessidade do historiador de misturar relato e explicação fizeram da história um gênero literário, uma arte e ao mesmo tempo uma ciência” (LE GOFF, 1996, p. 12). A “mistura” de explicação e relato remete à retórica. ARISTÓTELES (1964, p. 306) já afirmava não haver diferença entre o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa e considera a poesia algo superior à história.

Em “O narrador”, no tópico 12, BENJAMIN (1994, p. 209) pergunta-se “se a historiografia não representa uma zona de indiferenciação criadora com relação a todas as formas épicas”. Ambas as formas escritas – historiografia e épica – dependem da memória para poderem concretizar a narração da história.

## Consideração final

O conceito de tempo é importante, pois orienta a construção do relato da história que, por sua vez, influi nas práticas sociais. Nesse sentido, a linguagem escolhida para a narração da história é fundamental, pois ela cria a realidade que se deseja ter para se justificar as relações entre os homens.

No texto “O narrador” (1994), há uma preocupação com o formato e com o tipo de discurso e de linguagem responsáveis pelo registro dessa narrativa, que tenta construir imagens da história soterrada. No ensaio, destacam-se duas orientações a respeito desse problema: primeiramente, o narrador não deve ter a preocupação “com o encadeamento exato de fatos determinados”. Em segundo lugar, tal discurso pode conter as características dos provérbios, pois eles são “uma espécie de ideograma de uma narrativa (...), são ruínas de antigas narrativas, nas quais a moral da história abraça o acontecimento” (Ibid., p. 209 e 221).

Tais orientações comportam os expedientes da “mobilização” e da interrupção do fluxo do “movimento das idéias” (Ibid., p. 231). Em outras palavras, o registro do discurso

deve evitar a coerência do historicismo. ROUANET (1990, p. 155) afirma a esse propósito:

poderíamos concluir que a linguagem contribui para a ruptura da temporalidade infernal, regida pelo eterno retorno. Graças aos restos verbais – fósseis acústicos, sobreviventes de uma fala e de uma escuta original – a origem se comunica com o novo, permitindo a produção do novo.

A antilinearidade histórica caracteriza a narração de tal história. Os fatos relatados não são obrigados a um encadeamento sem obstáculo, eles não têm a missão de tampar as falhas, os silêncios, os vazios da nova história que estão desenhando no discurso que tentam constituir. Assim como se arrancam os fatos do contínuo, as palavras também precisam ser arrancadas do seu curso normal para que, despojadas do seu fluxo cômodo, auxiliem no “movimento de idéias”.

A linguagem poética é apontada por GAGNEBIN (1994, p. 118) como a ideal para essa missão redentora da narrativa que, por dolorosa que seja, deve vir à tona. Com isso concordam as palavras de BOSI (1997, p. 146):

A poesia resiste à falsa ordem, que é, a rigor, barbárie e caos, “esta coleção de objetos de não amor” (Drummond). Resiste ao contínuo “harmonioso” pelo descontínuo gritante; resiste ao descontínuo gritante pelo contínuo harmonioso. Resiste aferrando-se à memória viva do passado; e resiste imaginando uma nova ordem que recorda no horizonte da utopia.

Os relatos da história são fruto da decisão dos homens, logo, está nas mãos desses, sob a orientação divina, o fazer e o realizardas práticas sociais, numa linguagem que amplie a justiça e paz.

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo é parte do primeiro capítulo de sua dissertação de mestrado, *A história e as histórias na Festa de Manuelzão*, aprovada em 2001 na Unesp de Araraquara (SP).

<sup>2</sup> Escritor russo do século 19, cujas narrativas sobre os camponeses interessam a BENJAMIN (1994, p. 197).

## Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus (Contra os pagãos)**. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1990. Parte 1.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica. Arte poética**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BIGNOTTO, Newton. “O círculo e a linha”. In: NOVAES, Adauto (org). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOLLE, Willi. “O pacto no Grande Sertão – esoterismo ou lei fundadora?” In: **Revista USP**, São Paulo, n.36, p. 27-44, fev. 1998.

- BOSI, Alfredo. "O tempo e os tempos". In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1997
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 5ª. edição. São Paulo: Nacional, s.d.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Unicamp, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Walter Benjamin: os cacos da história**. São Paulo: Brasiliense, s.d.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.
- MARRAMAO, Giacomo. **Poder e secularização: as categorias do tempo**. São Paulo: Unesp, 1995.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin**. 2ª. edição . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens." In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix, 1968.